

A audiodescrição nos processos de ensino e aprendizagem na educação básica

La audiodescripción en los procesos de enseñanza y aprendizaje en la educación básica

Felipe Leão Mianes  

felipe.mianes@gmail.com

Universidade Luterana do Brasil - ULBRA

Resumo

Este artigo tem como objetivo compreender e analisar o uso da audiodescrição nos processos de ensino e aprendizagem de alunos com deficiência visual na educação básica. Tendo nos estudos Culturais em Educação a principal corrente teórica empregada, utilizo autores e autoras que tematizam a educação inclusiva para pessoas com deficiência visual, como por exemplo, Vygotsky (2011) e Motta (2016), para analisar a audiodescrição como ferramenta pedagógica, dentre outras leituras e documentos. Além disso, para a coleta de dados foram realizados minicursos e entrevistas com professores de educação básica. Como resultado, foi possível notar que é cada vez mais necessária a inserção da audiodescrição nas políticas e práticas inclusivas para alunos cegos ou com baixa visão, já que os estímulos visuais são cada vez maiores e mais amplos, bem como é preciso haver formação inicial e continuada para os docentes utilizarem da melhor forma a audiodescrição nos processos de ensino, além de ações para conscientizar toda a comunidade escolar para a importância deste recurso.

Palavras-chave

Audiodescrição na escola. Educação inclusiva. Deficiência Visual.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo comprender y analizar el uso de la audiodescripción en los procesos de enseñanza y aprendizaje en la educación básica. Teniendo en los Estudios Culturales en Educación la principal corriente teórica empleada, utilizando autores y autoras que trabajan con discapacidad visual, como por ejemplo, Vygotsky (2011) y Motta (2016), para analizar la audiodescripción como herramienta pedagógica, entre otras lecturas y documentos. Además, para la recolección de datos se realizaron entrevistas y cursos cortos con profesores de la educación básica. Como resultado, fue posible notar que es cada vez más necesario insertar la audiodescripción en las políticas y prácticas inclusivas para estudiantes ciegos o con baja visión, ya que los estímulos visuales son cada vez más grandes y más amplios, bien como es necesario haber formación inicial y continuada para los profesores utilizar de la mejor forma la audiodescripción en los procesos de enseñanza, allá de las acciones para concientizar la comunidad escolar.

Palabras-clave

Audiodescripción en la escuela. Educación inclusiva. Discapacidad visual.

FLUXO DA SUBMISSÃO

Submissão do trabalho: 03/05/2023

Aprovação do trabalho: 01/06/2022

Publicação do trabalho: 26/06/2023



10.46230/2674-8266-15-10620

COMO CITAR

MIANES, Felipe Leão. A audiodescrição nos processos de ensino e aprendizagem na educação básica. **Revista Linguagem em Foco**, v.15, n.2, 2023. p. 30-46. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/10620>.

Distribuído sob



Verificado com

Plagius
Detector de Plágio

Introdução

Entre 2015 e 2018 realizei estudos de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais em Educação da Universidade Luterana do Brasil, pesquisando sobre o uso da audiodescrição nos processos de formação de professores para atuar com alunos cegos ou com baixa visão na educação básica a partir da perspectiva dos estudantes com deficiência visual, tendo sido eu um deles no passado, já que além de pesquisador, educador e audiodescritor, uma das características que me constituem é o fato de ser uma pessoa com baixa visão. Este artigo é um recorte específico de minha pesquisa de Pós-Doutorado, na qual trarei de maneira panorâmica algumas questões e possibilidades de formação docente e execução de audiodescrição no contexto escolar na educação básica. Analiso como os alunos cegos ou com baixa visão podem se beneficiar com o uso desse recurso de tradução audiovisual acessível.

Para demonstrar alguns dados para esse recorte, foram escolhidas três escolas públicas, uma privada e um projeto de educação não formal, realizado em um instituto para cegos¹. Nessas instituições, foram feitas entrevistas semiestruturadas com professores e com alguns alunos cegos ou com baixa visão.

No que tange à educação, até a promulgação da Constituição brasileira, em 1988, a educação dos alunos com deficiência ficou circunscrita às escolas especiais. A partir de então, passaram a acontecer transformações nesse processo diante das lutas dos movimentos sociais e das diretrizes internacionais para a universalização do ensino. Assim, de um período segregacionista vigente até então, passou-se para o integracionista, quando os alunos com deficiência poderiam frequentar as escolas desde que estas os aceitassem e que eles se adequassem às condições das instituições.

Em 2001, entrou em vigor a proibição de não aceitação das matrículas de alunos com deficiência nas escolas comuns, e assim, ingressamos no chamado período inclusivista. Seja como for, estar na escola comum não garante a inclusão em sua plenitude, já que esta não estará efetivada sem que o aluno se sinta acolhido pela comunidade escolar e contemplado em suas necessidades. O que cada educando precisará para trilhar esse caminho depende da singularidade dos sujeitos, por isso, quanto mais múltiplas forem as possibilidades e ferramentas a serem usadas, maiores serão as chances de isso ocorrer.

1 Não mencionarei os nomes das instituições ou das pessoas envolvidas por conta das restrições éticas relacionadas com a pesquisa.

1 Audiodescrição: vendo o mundo pelas palavras

Um dos recursos de acessibilidade com maior potencial de crescimento e abrangência nos âmbitos cultural e educacional é a audiodescrição. Nos anos 1980, na área da Tradução Visual, iniciaram os estudos sobre procedimentos técnicos que possibilitariam às pessoas com deficiência visual ter acesso ao audiovisual. Atualmente, acontecem algumas investigações sobre o uso da Audiodescrição (AD) em outras áreas de conhecimento, como a educação.

No Brasil, esse recurso possui diversificadas vertentes e características, sendo a NBR 16452 a normativa mais específica sobre a utilização desse recurso. A descrição deve ser baseada naquilo que o descritor acredita ser fundamental para a compreensão e fruição do usuário.

Para fazer as descrições, é necessário um trabalho de pesquisa e de conhecimento sobre os elementos que irão compor o trabalho. Por exemplo, para descrever um filme de época, o descritor terá que fazer pesquisas sobre o figurino e todo o contexto que cerca aquele período retratado, para realizar as descrições da forma mais qualificada possível. Portanto, a ligação entre pesquisa e aquisição de conhecimentos é algo bastante evidente, além de em certa medida sermos “educadores do olhar” ao traduzir as imagens para aqueles que não as enxergam.

Buscar conhecimentos e saber como transmitir as informações e sensações às pessoas com deficiência são algumas das atribuições dos audiodescritores e audiodescritoras. Assim, é possível dizer que todo professor pode ser também um audiodescritor ou audiodescritora em potencial, pois os docentes estão quase sempre traduzindo o mundo, descrevem e refletem sobre os conhecimentos para o público-alvo.

2 Audiodescrição: uma ferramenta pedagógica

Sempre importante dizer que o público-alvo da AD é composto em sua maioria por pessoas cegas ou com baixa visão, mas pessoas com deficiência intelectual, dificuldades de aprendizagem e outras também podem ser usuárias do recurso. Quase não existem pesquisas sobre o tema, uma das mais destacadas é a investigação sobre recepção da audiodescrição para esse público, de Franco (2018), cujo estudo demonstrou que as pessoas com deficiência intelectual, dislexia ou alguma outra limitação neurológica obtêm reforço de informação através das descrições, o que aumenta suas possibilidades de entendimento. É necessário que sejam realizadas mais pesquisas sobre essa questão, verificando outros

benefícios e possibilidades de ampliação deles por meio dessas práticas.

Instrumentalizar a AD como ferramenta de aprendizagem requer que haja a formação dos diversos sujeitos envolvidos nos processos educacionais. Por isso, é importante pensar também de que modo apresentar aos docentes maneiras de realizar tais descrições com mais efetividade, pois eles serão os operacionalizadores deste recurso. Como podemos perceber, é um processo que envolve a interação entre docente e aluno, deixando claro também o caráter social da técnica.

Isso não quer dizer que as audiodescrições realizadas em ambientes educacionais seguiram todos os procedimentos daquelas realizadas profissionalmente, incluindo a estética e a qualidade. O recurso é o mesmo, as diretrizes a serem seguidas são basicamente semelhantes, porém com objetivos diferentes.

Embora a cada ano mais e mais alunos com deficiência estejam nas escolas, existe considerável defasagem entre as demandas e a formação dos professores para lidar com alunos tidos como diferentes. Parte disso advém dos currículos das instituições de ensino superior, que de modo geral não proporcionam oportunidades para que os futuros professores tenham contato com essas especificidades.

Como ilustração para essa questão do problema de formação docente em educação inclusiva, realizei levantamento no ano de 2017 analisando todos os currículos dos cursos de Pedagogia registrados no MEC. Em média, a carga horária das disciplinas diretamente ligadas à inclusão de pessoas com deficiência era cerca de 49 h/a, uma quantidade de tempo insuficiente para proporcionar a aprendizagem adequada sobre todas as deficiências e suas especificidades em termos educacionais.

Não contabilizei a disciplina de Libras, pois esta é obrigatória para todos os cursos de licenciatura. Escolhi o curso de Pedagogia por ser aquele que forma professores para a educação infantil e ensino fundamental, ainda que haja a necessidade de fazer esse mapeamento também nos demais cursos de licenciatura. É preciso dizer, inclusive, que de 2017 a 2023 muitas mudanças aconteceram no âmbito educacional por conta de ações governamentais e da pandemia de Covid-19, que ampliou o ensino a distância, levando à extinção muitos cursos e à remodelação e reestruturação curricular de outros tantos. Ou seja, esses dados podem ter se modificado em certa medida, porém, as dificuldades na formação docente são cada vez mais evidentes com o sucateamento das universidades públicas e das condições de trabalho dos professores.

Além disso, a prática cotidiana de como lidar com esses alunos em sala de

aula é fundamental. É inegável que um aluno com deficiência gera na maioria estranhamento inicial e a sensação de despreparo diante das peculiaridades de cada discente. Nesse sentido,

Sabemos que de fato a questão da educação inclusiva permanece sob o rótulo de “novidade”, restringindo-se, na maior parte dos cursos, aos aspectos legais da questão e que a reflexão sobre educação inclusiva de fato ainda é incipiente nas universidades [...] Porém, um segundo aspecto pode ser analisado a partir da queixa das professoras: a esperança de que algum curso ou formação seria capaz de dar respostas às angústias diante do medo de lidar com alunos diferentes do modelo ideal, como uma forma de defesa diante do desconhecido (DIAS, 2015, p. 455).

É evidente que a imensa maioria dos professores deseja que seus alunos aprendam da melhor maneira possível, e muitas vezes têm dificuldades em saber como fazer isso. Não podemos apontar soluções “mágicas” que funcionem para todos os sujeitos, pois isso vai depender das circunstâncias e singularidades de cada um, afinal, nem todos aprendem do mesmo modo.

Essa disparidade existente entre o que é ministrado nos cursos de licenciatura e o cenário encontrado nas salas de aula atinge diretamente os alunos com deficiência, dado que esse desconhecimento dos professores quanto ao modo de lidar com eles e sobre a melhor maneira de ensiná-los, via de regra causa embaraços para o convívio e para o ensino, construindo uma barreira entre ambos. Assim:

Os professores não sabem como podem promover efetivamente o desenvolvimento dos alunos incluídos. Isso dificulta a percepção de seu papel como mediador no processo de aprendizagem, bem como a compreensão da determinação social da deficiência. [...] ressaltam a necessidade de resignificação das pessoas com deficiência no fazer pedagógico, o que só é possível por meio de mudanças nas concepções acerca do ensino, da aprendizagem e do desenvolvimento humano (MENDONÇA; SILVA, 2015, p. 518).

Modificar o pensamento sobre os alunos com deficiência significa não se basear mais no “defeito” ou na “falta” de um determinado sentido, e sim, nas potencialidades que os sujeitos possuem mesmo tendo alguma limitação corporal. Uma pessoa cega não poderá enxergar uma figura, mas pode tocá-la ou ouvir uma descrição por meio da qual ela própria poderá construir a imagem mental daquilo que é exposto, de acordo com os repertórios culturais e sensoriais que possua.

Tendo em vista que cada vez mais os estímulos visuais estão em profusão nos processos educacionais, com o uso de materiais audiovisuais, livros, aulas on-

line e outros, como fica o aluno com cegueira ou baixa visão? Certamente, há um evidente prejuízo diante das impossibilidades de ter acesso a informações que possuem aqueles que enxergam. Nesse caso, a defasagem no processo educacional não se deve à deficiência, mas à falta de acessibilidade e dos meios adequados que contemplem suas peculiaridades.

No convívio com alunos ou alunas com deficiência visual, muitos professores realizam descrições de maneira informal em suas aulas, ainda que isso não esteja regulamentado, dependendo da disposição ou das condições de cada profissional. Portanto, contar apenas com a boa vontade dos docentes é pisar em terreno movediço, pois precisamos sistematizar e qualificar o uso das descrições de imagens como mais uma forma de aprendizagem.

Mesmo sendo um recurso de acessibilidade cada vez mais utilizado e havendo leis que amparem a obrigatoriedade nos meios de comunicação, a audiodescrição segue sem fazer parte dos documentos oficiais relacionados à educação, e até dos referentes especificamente à educação inclusiva. Um exemplo disso são os planos nacionais de educação, a Base Nacional Curricular Comum e outros, nos quais constam diversos itens sobre acessibilidade e inclusão, mas não há nenhuma menção ao uso de audiodescrição, seja para formar professores capacitados para realizar as descrições, ou medidas que possibilitem a um número maior de alunos terem acesso a essa ferramenta de aprendizagem. A honrosa exceção fica por conta do Programa Nacional do Livro Didático, que determina a acessibilidade em todos os materiais produzidos, incluindo audiodescrição e Libras.

Ampliar o uso das descrições de imagem para todas as escolas, materiais e formações docentes seria um passo adiante que poderíamos dar no sentido de promover a inclusão desses alunos. Assim:

O currículo é elaborado para TODOS [grifo dos autores] os alunos, independentemente do seu nível socioeconômico e cultural, de sua região de origem e de suas condições físicas, intelectuais e emocionais. Como salienta o Relatório Warnock, os objetos da educação são os “mesmos” para todos os alunos. O que deve variar são os meios proporcionados para cada aluno chegar lá, se se quer partir do princípio de que todos “lá cheguem”; Ou seja, temos que admitir a discriminação positiva (dando a “cada um conforme suas necessidades”), que poderíamos igualmente designar como a “igualdade de oportunidades pedagógicas” (CORREIA; RODRIGUES, 1997, p. 113).

Sendo assim, na seção seguinte serão expostos alguns dos dados da pesquisa, como as entrevistas realizadas com parte dos alunos e professores par-

participantes, além de análises das formações já efetuadas. Diante desse material coletado, apareceram algumas dificuldades e possibilidades vindouras para a utilização da audiodescrição nos processos educacionais.

3 Audiodescrição vai à escola, e agora?

Desde que fui aluno da educação básica – a partir do final dos anos 1980 –, como um estudante com baixa visão, sentia falta que descrevessem imagens e materiais audiovisuais para mim, embora eu sequer soubesse que havia uma técnica que possibilitaria que isso acontecesse. Essa necessidade ficou cada vez mais evidente, inclusive, quando iniciei minha trajetória como educador, pouco mais de duas décadas depois. A mesma situação acontece com muitas outras pessoas com deficiência visual que atuam na educação, e com todas as demais das diferentes áreas.

Nem mesmo a difusão de informações e do acesso ao conhecimento através das tecnologias que foram desenvolvidas nessas décadas foram suficientes para suprir as demandas dos estudantes cegos ou com baixa visão nos diferentes níveis de ensino. Isso evidencia a desvantagem que temos em nosso processo formativo.

Diante de minha experiência e das pesquisas que realizei ficou evidente a premência do uso de descrição de imagens nos processos educacionais. Sendo assim, como efetivar essas práticas da maneira mais adequada? Como professores e alunos percebem o uso dessa técnica? Que proposições podem ser feitas para seu uso nos processos educacionais?

Foram feitas cinco formações com professores de redes privadas e públicas de ensino, e de uma associação que atende alunos cegos ou com baixa visão. Realizei também entrevistas com alunos atendidos pelos docentes que fizeram as formações. E, tendo em vista os dados coletados e analisados somados às leituras e experiências pessoais que vivenciei na condição de audiodescritor, é possível aferir alguns resultados.

Existem poucas pesquisas relacionadas a esse tema, ainda que algumas possam ser destacadas por conta da relevância e do propósito de uma visão mais panorâmica sobre a questão. No livro de Michels e Silva (2016), há um capítulo dedicado a realizar breves proposições e reflexões sobre a inserção da audiodescrição como tecnologia assistiva nas escolas. Na tese de doutorado de Cruz (2016), encontra-se pesquisa-ação realizada com alunos das séries finais do ensino fundamental e do ensino médio em uma instituição de ensino do Maranhão. Nesse

caso, foi investigado especificamente o uso da audiodescrição no ensino de Geografia para esse grupo de estudantes com deficiência visual. Há também Motta (2016), importante obra que apresenta atividades que podem ser realizadas nas atividades práticas em sala de aula com o uso de audiodescrição, envolvendo todos os alunos e alunas, a serem empreendidas por professoras e professores.

No caso de minha pesquisa, o objetivo era analisar a formação de professores para descrever as imagens e a narrativa dos alunos diante da utilização desse recurso. No que tange à primeira parte, entendo que os professores têm papel fundamental nos processos de inclusão de alunos com deficiência visual, lançando mão dentre tantas estratégias, da valorização das características desses sujeitos, como os estímulos auditivos, por exemplo. Assim, concordo com Silva (2015, p. 171), quando este diz que:

O agir como sugere uma dinamicidade da prática cotidiana requer uma revisão constante do que faço e como faço. Exige olhar para o aluno como sujeito, como parte, como sujeito da ação. Implica estar ao lado do sujeito, em contato com. Estou em movimento, penso em novas formas para minhas “arrumações” em sala de aula; penso em novas formas para o meu planejamento didático.

Uma educação de fato inclusiva é aquela que acolhe o aluno em sua diferença, vendo sua limitação corporal como uma característica não incapacitante para seu potencial. A questão não deve ser centrada na “falta”, mas nas formas específicas de aprendizagem de cada um. Este é um ponto a ser aperfeiçoado nas pesquisas em educação inclusiva, não só discutir os recursos que devem ser utilizados partindo do ponto de vista do que se entende que seja a necessidade do aluno com deficiência, mas também, investigar as necessidades sob a perspectiva daqueles que vivenciam essa condição. Conforme Vygotsky (2011, p. 868):

O importante é que a criança cega lê, assim como nós lemos, mas essa função cultural é garantida por um aparato psicofisiológico completamente diferente do nosso. [...] Dessa forma, o novo ponto de vista prescreve que se considere não apenas as características negativas da criança, não só suas faltas, mas também um retrato positivo de sua personalidade, o qual apresenta, antes de mais nada, um quadro dos complexos caminhos indiretos do desenvolvimento.

Ainda assim, foi possível notar nas entrevistas com professores os entraves nos processos de formação para o uso da audiodescrição. Dos 12 docentes entrevistados para esse recorte específico, 7 deles sequer sabiam do que se tratava a AD, outros 3 disseram conhecer através dos filmes na TV aberta, e apenas 2 sabiam do que se tratava e já conheciam ainda que superficialmente. Nenhum

deles teve contato na graduação ou nos demais cursos de formação realizados até o momento.

Nas formações continuadas realizadas pelo MEC também não há disciplinas ou módulos específicos para tratar de audiodescrição. Há, de modo ainda incipiente, cursos livres em nível introdutório ou intermediário sendo realizados por instituições privadas, ou de extensão, pelas instituições públicas. Há também, cursos de especialização promovidos por uma instituição privada, e que uma considerável parcela de professores não possui as condições financeiras ou estruturais para cursar.

Um dos depoimentos ilustra bem o que a maioria dos professores disse sobre seu conhecimento de audiodescrição e como se sente com relação a essa lacuna em suas formações:

Professora A (instituição de ensino privado):

A gente não imagina que algo tão interessante possa existir, não temos essas informações nas escolas e nem nos cursos. Talvez por ser algo muito novo e ainda pensado apenas para os filmes. Assisti a poucas coisas com audiodescrição, e sempre pensei que fosse difícil de fazer, porque uma coisa é descrever imagens assim, informalmente, mas tem toda uma técnica, tem regras que a gente precisa saber. E como arranjar tempo para aprender isso diante de tantas demandas? Para mim ficou claro os ganhos que os alunos podem ter se as descrições de imagens forem feitas, por causa do ganho de informações dentro das possibilidades deles. A gente não se dá conta, e passa filmes, escreve no quadro, mostra figuras e tal, mas com a audiodescrição poderíamos fazer tudo isso sem excluir nossos alunos, e ajudar na sua aprendizagem.

A manifestação é interessante e demonstra algo comum na maioria das entrevistas e das formações realizadas, a falta de formação e conhecimento sobre audiodescrição, a dificuldade em conciliar as atividades diárias com as necessidades dos alunos e o ainda pouco acesso a materiais que ajudem nesse processo. Se as obras audiovisuais contassem com audiodescrição, ou as imagens dos livros didáticos estivessem em formato acessível e as instituições escolares planejassem com antecedência a acessibilidade em todos os seus processos e atividades, essa responsabilidade dos docentes seria compartilhada.

Mais do que isso, as descrições não estariam a mercê da intenção individual, dependendo da “boa vontade” ou da formação específica de um ou uma docente que o fizesse, mas de uma estrutura consolidada, advinda de conhecimentos construídos e fruto de reflexão mais ampla. E, o que acontece na maioria das vezes, é que há projetos com descrições de imagens em escolas são justa-

mente o contrário, são executados por uma pessoa ou grupo que implementa a ideia, e quando concluído, pouco ou nenhuma sequência é dada, e retornamos praticamente ao ponto inicial.

Em formações com os professores das instituições de ensino público, notei que as dificuldades estruturais são acentuadas, ainda mais em escolas nas regiões periféricas das grandes metrópoles, ou nas pequenas e médias cidades. Para piorar, quando são disponibilizadas formações continuadas em educação inclusiva, na imensa maioria das vezes, elas sequer tratam dessa possibilidade de usar a audiodescrição como forma de acessibilidade aos conteúdos escolares.

A pandemia de coronavírus ajudou a alavancar as aulas na modalidade remoto, e por consequência, os professores puderam ter mais acesso as formações realizadas com uma quantidade maior de pessoas e de diferentes regiões do país; ao mesmo tempo, houve uma flagrante diminuição dos processos formativos para os docentes, seja pelo desinteresse governamental, seja pela urgência em recuperar o tempo e os conteúdos perdidos durante o período em que os alunos foram obrigados a estar em suas casas, sem as condições ideais de aprendizagem, e que serão desafios a serem enfrentados ainda por muitos anos.

Quando ações são implementadas, muitos professores as desconhecem ou não têm acesso ao material necessário para sua efetivação, assim como muitas vezes os alunos e alunas também sofrem esses efeitos sobre os modos de acessar os conteúdos com audiodescrição. Como nos casos dos livros e videoaulas, que muitas vezes contam com os recursos de audiodescrição, porém, os estudantes não possuem os meios para acessar o material, como um telefone celular ou um computador compatível, por exemplo. E nem discutirei aqui a questão da qualidade das descrições disponibilizadas, pois esse também é um problema que precisamos analisar em outro momento.

Portanto, os alunos e alunas são diretamente afetados com todas essas dificuldades relatadas até aqui, e o seu déficit de aprendizagem fica muito evidente no depoimento de uma estudante:

Quando os professores passam um filme eu prefiro ficar em casa, eu sei que não vou entender nada mesmo. Não vou enxergar as imagens nem as legendas e nunca tive quem ficasse do meu lado dizendo como são as coisas. Mas aí eu dou meu jeito. Pior é quando fazem desenho no quadro ou colocam alguma figura numa prova ou coisa assim. A gente perde muita informação, pois se a figura está ali tem algo a ver com a questão, mas como ela não é descrita, eu fico sem saber o que ela quer dizer. Eu me sinto tendo aula pela metade, sempre falta alguma coisa, e não é por minha culpa, mas tem coisas que eu não consigo aprender e não sei se os professores se preocupam muito com isso.

Fica evidente a dificuldade para que os alunos cegos ou com baixa visão tenham acesso pleno aos materiais de aprendizagens, quando se trata de imagens estáticas ou materiais audiovisuais. Como um aluno ou aluna cega pode analisar uma foto sem que ela seja descrita? Como analisar e utilizar um gráfico se não pode vê-lo? São apenas alguns exemplos de questões problemáticas que as pessoas com deficiência visual enfrentam no cotidiano do processo educacional. Essas perdas constantes de acesso ao conteúdo podem dificultar e até impedir o melhor rendimento desse estudante.

A reflexão que costumo fazer, baseado em minhas experiências como aluno com deficiência visual, e como pesquisador nessa condição, é que não descreverem as imagens em aula é mais ou menos como se sentiriam os alunos enxergantes caso fossem todos colocados de costas para o quadro e o professor ou professora depois de usarem todos os espaços disponíveis para escrever ou desenhar, dissesse: “agora assim como estão copiem tudo o que está no quadro”.

Ainda que o conteúdo esteja lá, muito perto do alcance de todos, ainda assim ele permanecerá distante operacionalmente, até que o ou a docente descreva ou leia o que está no quadro. Descrever as imagens em sala de aula, seja em que nível de ensino for, não é um privilégio concedido ao aluno que necessita, é uma ação de equidade.

Por outro lado, se seu envolvimento for fomentado e suas necessidades contempladas, os resultados são bastante evidentes, e há muitos modos de efetuar tais processos inclusivos utilizando descrições de imagens. É interessante notar, que ao elaborar projetos a serem desenvolvidos em sala de aula, os docentes podem realizar atividades que envolvam os demais alunos na concepção de descrições de imagens para os alunos com deficiência. Por exemplo, para fazer uma descrição, é preciso ter domínio linguístico, saber usar sinônimos, adjetivos, e fazer isso escrevendo textos curtos com pequenas frases e outras vezes um pouco maiores.

Nesse sentido, os professores de Língua Portuguesa têm uma grande oportunidade de desenvolver trabalhos de descrição e, ao mesmo tempo, propor novas formas de aprendizagem para toda a turma. Podem, também, focar os processos de escrita e de interpretação textual por parte dos alunos e, além de tudo, fomentar um ensino diferente, partindo de outros materiais que não os usualmente empregadas.

É possível trabalhar com a construção de frases, pontuação, utilização de sinônimos a ampliação de vocabulário. Descrever é também exercitar a utilização das palavras e seus significados, interpretar imagens, esculpir textos descritivos

e executar diferentes tipos de escrita, o que se mostra bastante necessário em tempos atuais com profusão de informações, muitas delas falsas, e com isso, a interpretação e construção textual são aprendizados importantes para combater tais dificuldades.

O interessante é que a audiodescrição, mesmo estando situada na área da Linguística e dos Estudos da Tradução, não é estudada nos cursos de graduação no curso de Letras. E, na maioria das vezes, quando existe formação em pós-graduação em AD no Brasil, ela acontece em áreas como Educação e Comunicação, e raramente no seu campo originário. Sendo que, se tal acontecesse, mesmo os estudantes de graduação que optassem pela licenciatura em Letras, teriam a oportunidade de ter contato ainda que mínimo com a audiodescrição já em sua formação.

No que diz respeito às Ciências Exatas, o professor poderia descrever o que escreve no quadro, bem como fazer analogias com objetos concretos, para que o aluno cego ou com baixa visão tivesse mais possibilidade de compreender algo que se apoia na visualidade, como no caso das fórmulas e teoremas, por exemplo. No caso da utilização de gráficos e/ou tabelas, mais do que descrever, é preciso fazê-lo de maneira que facilite o entendimento de quem ouve, privilegiando as informações e dados mais importantes.

Ao ditar para o estudante uma fórmula matemática, não há a descrição de uma imagem, mas se essa fórmula implicar na elaboração de um gráfico, por exemplo, isso deve ser pensado como tal. Talvez na área da geometria as descrições sejam mais necessárias, eu diria fundamentais, para o entendimento, e muitas dessas figuras são realmente difíceis de descrever, inclusive para profissionais, por isso não se deve descartar a combinação com o uso de outros recursos.

Nas Ciências Naturais, há um fenômeno interessante, pois, muitas imagens existentes sobre células, átomos e outras são de certo modo descritas, ou até representações gráficas daquilo que não se pode ver a olho nu. Logo, até quem ensina não tem a certeza de que as imagens fornecidas são exatamente como mostradas, ou seja, são representações e descrições do que se imagina que sejam. Como a visualidade é fundamental para a aprendizagem dos conceitos, é possível fazer descrições dessas imagens tendo em vista suas formas, cores e possíveis semelhanças com objetos concretos que os alunos possam tocar. E, se for o caso, inclusive associar as descrições com materiais táteis, pois, em muitas vezes, descrever não será suficiente sem que haja outros tipos de estímulos sensoriais.

Nas aulas de Educação Física e demais atividades que envolvam o corpo, é

fundamental que sejam descritos os movimentos efetuados, pois as pessoas com deficiência visual têm uma relação diferente com o corpo e o utilizam de maneiras diferentes, muito também por conta de sua orientação, do uso da bengala e de demais atividades que o ajudem na vida cotidiana.

Uma das maiores dificuldades para os estudantes com deficiência visual é quando um professor, independentemente de qual disciplina leciona, resolve apresentar algum filme em sala de aula como atividade complementar. Seja o filme nacional ou estrangeiro, isso causa muito embaraço e diversos problemas para quem não consegue acessar a obra como os demais.

A maioria dos docentes não leva em conta a existência de necessidades específicas de alguns alunos, ou não sabem como proceder e mesmo conhecendo essas limitações exibem os filmes, acreditando que o estudante poderá compreender tudo ou a maior parte apenas através dos diálogos. Ou, pior que isso, simplesmente os liberam da participação em aula. Em qualquer dessas alternativas, trata-se de uma exclusão no processo educacional. E se isso acontecer continuamente, o aluno pode ter prejuízos tanto na sua sensação de inclusão, como nos processos de aprendizagens decorrentes dessas ações.

Por outro lado, caso o professor esteja capacitado para realizar descrições, ele poderá assistir e fazer a AD, mesmo que não tão elaborada quanto à de profissionais, mas que contemple as necessidades de seus alunos. Mais do que isso, atualmente, há um catálogo já bem considerável de filmes com audiodescrição, e o docente pode pesquisar e verificar se a obra que pretende usar possui o recurso.

Sabemos que o ideal é que todos participem juntos do que é ministrado em sala de aula. Entretanto, se não for possível e se o filme tiver audiodescrição, o professor pode repassar o material ao aluno antes que os demais o assistam, para que ele não tenha acesso com atraso. Nesse caso, é interessante notar que a lógica será de alguma forma invertida – ou subvertida –, na medida em que o sujeito que quase sempre esteve excluído por receber o conteúdo depois dos demais, será aquele que terá acesso à obra antes dos outros alunos.

No entanto, é preciso esforço para que todos os alunos e alunas participem das atividades no mesmo espaço e ao mesmo tempo, contemplando as peculiaridades de todos. Ao exibir um filme com AD para toda a turma, pode haver resistências iniciais de quem acha que isso dificulta a compreensão daqueles que enxergam. Porém, se pensarmos que esse recurso adiciona informações sem sobrepor-se a outras, há um evidente ganho.

Muitos alunos que enxergam e têm a memória mais auditiva, benefi-

ciam-se da AD, assim como todos podem ter uma ampliação de vocabulário, por exemplo. Outras atividades podem ser efetuadas, tendo como base a audiodescrição do filme, aumentando o leque de possibilidades que o professor terá para suas práticas a partir da utilização desses materiais.

Outro efeito profícuo, é que com todos os sujeitos de uma mesma classe envolvidos de alguma maneira, ainda que seja apenas ouvindo as descrições ao lado de seu colega com deficiência, será mais do que uma forma de incluir este último. É também um jeito de demonstrar que é possível partilhar das experiências com os indivíduos considerados diferentes. Por fim, e não menos importante, seria um modo de conscientizar a todos e todas para atitudes que fomentem uma cultura que contemple as diferenças e seja mais inclusiva.

Há ainda um efeito direto dessa defasagem de conhecimentos que a falta de descrições causa. Quando ingressei em minha graduação em História e passei a partilhar das aulas e das amizades com pessoas de realidades e conhecimentos culturais diferentes, percebi o quanto eu precisaria “correr atrás” de mais conhecimentos que me foram sonogados na Educação Básica, pois não tinha assistido a muitos filmes e nem visto muitas pinturas ou esculturas, por exemplo. Ou seja, o simples processo de permitir o ingresso no ensino superior através de reservas de vagas para reparar as desigualdades históricas não bastam, pois estaremos sempre em desvantagem no que diz respeito aos conhecimentos adquiridos e a bagagem cultural que temos, já que nosso repertório fica muito limitado quando não há descrição de materiais audiovisuais e outros que nos coloquem em igualdade de condições de acesso.

Por isso mesmo, é preciso que professores e professoras em sua formação inicial ou continuada tenham a conscientização de que a educação dos alunos com deficiência pode se tornar mais profícuo se pensarmos nas possibilidades e especificidades desses sujeitos e não naquilo que “falta”, isto é, no processo escolar de um aluno ou aluna com cegueira ou baixa visão, devemos pensar menos nas limitações impostas por sua condição, e mais em como potencializar as características de aprendizagem desses alunos, o que na maioria das vezes acontece pela audição.

Portanto, inserir a audiodescrição nos procedimentos pedagógicos é valorizar as potencialidades dos alunos e respeitar seus modos de aprender diante de suas diferenças. É demonstrar que a AD, mais do que um recurso de acessibilidade, é um caminho para a inclusão e sensação de pertencimento dos estudantes com deficiência visual não só em sua turma ou no atendimento educacional especializado, mas a tudo que envolve sua trajetória educacional e de participação

efetiva nos demais processos sociais na escola e até fora dela.

Considerações Finais

Diante do que foi exposto até aqui, pudemos verificar que além de um processo tradutório e um recurso de acessibilidade a audiodescrição é uma potente ferramenta pedagógica para o ensino de alunos e alunas cegos ou com baixa visão. Como um recorte de minha pesquisa de pós-doutorado, realizei análises e reflexões sobre essa questão importante para a pesquisa em audiodescrição, para a educação inclusiva e para os estudantes com deficiência visual.

Algumas conclusões advindas dessa pesquisa podem ser apresentadas. Em primeiro lugar, é preciso que os cursos de formação de professores também possam capacitar os docentes para realizar essas descrições instrumentais das imagens, ainda que se isso não ocorrer, seria importante que os professores buscassem qualificação específica nesse sentido. Para tanto, a comunidade escolar precisa repensar suas ações e torná-las de fato mais inclusivas. Além disso, as políticas públicas que fazem referência à educação inclusiva deveriam conter diretrizes específicas no que diz respeito à implementação da audiodescrição nas escolas e demais processos educacionais como uma importante ferramenta pedagógica de ensino e aprendizagem, valorizando as peculiaridades e características dos alunos cegos e com baixa visão.

Foi possível notar também que os alunos entrevistados dizem sentir falta da descrição das imagens pelos professores. A maior lacuna reside na ausência de descrições nos materiais audiovisuais exibidos em sala de aula, pois se o tivessem, obteriam muito mais acesso às atividades propostas. Também foi mencionado com bastante ênfase a necessidade de descrever as figuras nos livros didáticos, as ilustrações e gráficos nas atividades avaliativas e demais ações escolares que envolvam o uso de imagens.

Isso porque, a audiodescrição fornece informações fundamentais aos usuários que não tem acesso pleno às imagens, e da mesma maneira auxilia nos processos de aquisição de conhecimento de diversas formas. E, principalmente, sendo um recurso de acessibilidade proporciona igualdade de oportunidade na participação dos alunos cegos ou com baixa visão nos processos educacionais.

Procurei elencar diferentes possibilidades de empregar a AD na educação e demonstrar que suas vantagens se estendem para além do atendimento dos alunos com deficiência visual, podendo ser utilizada também como forma de envolver diversas disciplinas e a todos os estudantes e professores em torno dos

processos de criação e de exibição da audiodescrição. A estrada ainda é longa e as trilhas são tortuosas rumo a uma sociedade que contemple as especificidades das pessoas com deficiência, tendo além do acesso instrumental, o acolhimento necessário nos processos educacionais. Assim, continuemos fazendo nossa parte, em ir Tateando e buscando as melhores maneiras de descrever o mundo, para si, para o outro e para todos nós.

Referências

CORREIA, Luís de Miranda; RODRIGUES, Armando. **Alunos com necessidades educacionais especiais nas classes regulares**. Porto: Porto Editoras, 1997.

CRUZ, Ana Maria Lima. **A audiodescrição na mediação de alunos com deficiência visual no Ensino Médio**. 2016. 187 f. Tese (Doutorado em Informática na Educação) – Centro Interdisciplinar de Novas Tecnologias na Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

DIAS, Marian Ávila de Lima e; ROSA, Simone Conceição; ANDRADE, Patrícia Ferreira. Os professores e a educação inclusiva: identificação dos fatores necessários à sua implementação. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 453-463, dez. 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/109981>. Acesso em: 23 abril 2017.

FRANCO, Eliana Paes Cardoso. Audiodescrição e deficiência intelectual: um estudo sobre o papel do usuário. **Inventário**. v. 21, p. 1-18. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/inventario/article/view/2745>. Acesso em: 12 jan. 2019.

MICHELS, Lisia Regina Ferreira; SILVA, Mara Cristina Fortuna da. A audiodescrição na escola. In: CARPES, Daiana Stockey. **Audiodescrição: Práticas e reflexões**. Santa Cruz do Sul: Catarse, 2016. p. 116-132. Disponível em: <https://editoracatarse.com.br/site/wp-content/uploads/2016/02/Audiodescri%C3%A7%C3%A3o-pr%C3%A1ticas-e-reflex%C3%B5es.pdf>. Acesso em: 23 abril 2017.

MENDONÇA, Fabiana Luzia de Rezende; SILVA, Daniele Nunes Henrique. A formação docente no contexto da inclusão: para uma nova metodologia. **Cad. Pesquisa**, São Paulo, v. 45, n. 157, p. 508-526, set. 2015. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/3274>. Acesso em: 12 maio 2017.

MOTTA, Livia Maria Villela de Mello. **A audiodescrição na escola: abrindo caminhos para leitura de mundo**. Campinas: Pontes, 2016.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal. (Tradução Denise Regina Saler, Marta Kohl de Oliveira e Priscila Nascimento Marques). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 863-869, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/x987G8H9nDCcvTYQWfsn4kN/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 12 maio 2018.

Sobre o autor

Felipe Leão Mianes - Doutor em Educação. Esta pesquisa foi realizada quando possuía vínculo com o Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais em Educação da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), financiado pela Bolsa do Programa Nacional de Pós-Doutorado. E-mail: Felipe.mianes@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0723803904645575>. OrcID: <https://orcid.org/000000015418160X>.